

PROJETO DE LEI Nº 152/2018

**DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO
PREFERENCIAL DE PESSOAS COM
ESPECTRO AUTISTA, EM
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS,
DE SERVIÇOS E SIMILARES NO
MUNICÍPIO DE ARACATI E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O VEREADOR MARCELO PORTO DE FREITAS, no uso de suas atribuições legais, propõe o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Todos os estabelecimentos públicos, privados, comerciais, de serviço e similares, como hotéis, cinemas, teatros, clubes, bancos, centros comerciais, dentre outros, no Município de Aracati, darão atendimento preferencial e prioritário a pessoas com transtorno espectro autista.

§ 1º. A preferência e a prioridade estabelecidas no caput compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento e a prestação do serviço, inclusive em estabelecimentos que vendam alimentos e bebidas.

§ 2º. Considera-se, para os efeitos desta Lei, pessoas com deficiência, aquelas previstas no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004, na Lei nº 10.048 de novembro de 2000. Para maiores efeitos, em 2012, A Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana), instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, no seu art. 1º, § 2º, deixou claro que o indivíduo diagnosticado no espectro autista é considerado pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

§ 3º. Ficam permitidos a utilização das vagas preferenciais em estacionamentos públicos e privados à pessoa com Transtorno espectro Autista.

Art. 2º. Os estabelecimentos comerciais, de serviço e similares deverão manter em local visível de suas dependências, placas com os

seguintes dizeres: "Lei Municipal nº ... Mulheres gestantes, lactantes, mães com crianças de colo, idosos e pessoas com Transtorno Espectro Autista têm Atendimento Preferencial".

Art. 3º. O não cumprimento dos dispositivos desta Lei sujeitará os infratores a:

I - advertência;

II – multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - em caso de reincidência, o valor da multa será duplicado.

Parágrafo único. A aplicação de qualquer penalidade será precedida do devido processo, respeitada ampla defesa e contraditório.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATI, aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dezoito.



Marcelo Porto de Freitas
Vereador